

ATA N.º 5/2023**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO
DE 2023**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de catorze de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2024 e seguintes;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2024;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2024;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 8 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 9 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nogueira do Douro;
- Ponto 10 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 11 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riódades;
- Ponto 12 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 13 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 14 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 15 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 16 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;

- Ponto 17 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 18 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 19 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 20 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 21 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Ríodades;
- Ponto 22 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 23 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 24 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 25 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 26 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 27 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 28 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Nogueira do Douro;
- Ponto 29 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 30 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Ríodades;
- Ponto 31 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 32 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 33 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 34 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 35 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 36 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Vilarouco e Pereiros;

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão, cumprimentou o Executivo Camarário, na pessoa do seu Presidente, os Membros da Assembleia e os Funcionários que participavam na sessão. Informou, ainda, o Público presente que, caso pretendessem fazer alguma intervenção, a mesma só poderia ser realizada no fim da sessão, devendo para tal efetuar-se inscrição na Mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. Informou, também, que as intervenções eram limitadas a cinco minutos por cidadão.

De seguida, o Primeiro-Secretário Tiago Silva procedeu à chamada dos membros da Assembleia. Realizada a chamada verificaram-se as ausências dos Senhores Deputados Carlos Miguel Carvalho, João Carlos Cardoso, Frederico Selores, Marcolina Sequeira e Ricardina Aguiar, que apresentaram justificação. Verificou-se também ausência da Sra. Maria de Lurdes Costa e do Sr. Carlos Jorge Ventura que apresentarão justificação.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu aos diversos Membros Eleitos em representação da Autarquia em Conselhos Municipais que informassem se tinham informações a prestar à Assembleia em reuniões e quais os temas discutidos. Inscreveram-se os Deputados Anabela Sousa e Teófilo Anjos.

A Senhora deputada Anabela Sousa, representante das Juntas de Freguesia referente ao Núcleo Local de Inserção, começou por cumprimentar a Mesa e o Executivo, bem como todos os Deputados Municipais presentes e informou que haviam sido realizadas três reuniões (19 de Outubro, 15 de Novembro e 20 de Dezembro), tendo sido analisados, aprovados e homologados Contratos de Inserção. O Senhor Deputado Teófilo Anjos, por seu turno, após cumprimentar formalmente todos os Presentes, aproveitou para dar nota da reunião do Congresso Nacional de Associação de Municípios, que havia decorrido no transato dia 30 de Setembro, no Pavilhão Municipal de Amora, no Seixal, tendo como tema principal o poder local mais próximo das pessoas. Nesse Congresso, onde estiveram também presentes os Senhores Presidente da República e o Senhor Primeiro Ministro, foram discutidos e abordados vários assuntos que, desde há uns anos a esta parte, têm sido preocupação das Autarquias Locais. Explicitou, dizendo que "foram feitas considerações prévias quanto à Lei de Orçamento para 2024, à autonomia dos Municípios e à descentralização (nomeadamente transferência para as Autarquias e acordos celebrados entre a Associação, Municípios e Governo, nas áreas da educação, saúde e ação social) à gestão económica e financeira da ANMP no período de 2020 a 2023, bem como o seu relatório de atividades. Outro tema também abordado foi o financiamento local, tendo em conta a nova lei das finanças locais e os fundos europeus. Assim, em síntese, a ANMP fez um balanço positivo do Congresso e considerou que foram dados passos importantes com o Governo em muitas dessas matérias, e deixou vincada a ideia de querer contribuir para um País mais coeso, defendendo a autonomia financeira dos Municípios".

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que tinha chegado à Mesa um Ofício da Senhora Eunice Alexandra Lemos Rebelo da Costa, membro eleito pela Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira para a CPCJ dizendo o seguinte: "Enquanto membro designado pela Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira para a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de S. João da Pesqueira, que reúne com periodicidade mensal, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei 147/99, de 01 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), na sua redação atual, venho dar nota, acautelando sempre por omissão as questões sigilosas, da atividade desenvolvida e em que participei desde setembro a dezembro de 2023, a saber:

- Na reunião de 29 de setembro de 2023, para além de outros assuntos e informações prestadas pela Sra. Presidente da CPCJ, procedeu-se, em pontos distintos da ordem do dia, à apreciação, por um lado, da renovação do mandato de um elemento cooptado (Composição da CPCJ – Artigo 17º da LPCJP) e, por outro, recebeu-se ainda em reunião representante da Clínica SentirDouro, que deu conta das respostas sociais que desenvolve no concelho no Centro Psicopedagógico e Terapêutico do Douro.

- Na reunião de 30 de outubro de 2023, para além de outros assuntos e informações prestadas pela Sra. Presidente da CPCJ acerca de encontros e formações da comissão, foram ainda abordados os seguintes temas: a) “Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), no âmbito do serviço do SNS”, com a presença do Enf. Especialista João Barreira (ACES DOURO II – Douro Sul); b) Reformulação do Plano Anual de Atividades para o ano de 2024.

- Na reunião de 21 de dezembro de 2023 procedeu-se à apresentação, apreciação e votação do Plano de Atividades da CPCJ para o ano de 2024”.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu dispensa da leitura da Ata da última Assembleia, atempadamente enviada a todos os Membros da Assembleia, e colocou a mesma à apreciação e votação. Não tendo havido correções à ata, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, ainda, que a correspondência recebida se encontrava arquivada, ao dispor de quem a quisesse consultar. De seguida, abriu inscrições para quem pretende-se inscrever-se no Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se os Senhores Deputados Anabela Sousa, Vítor Tomé, Joaquim Carvalho, Teófilo Anjos e António Balça.

Pegou na palavra a Senhora Deputada Anabela Sousa para felicitar o Município pela realização de vários eventos no âmbito do «Mundo Mágico do Natal», que, a seu ver, trouxeram diversão para as crianças e envolvem a Comunidade na época natalícia. Aludindo ainda ao Natal e à Comunidade, frisou o esforço financeiro feito pelo Executivo para manter o Vale de Natal destinado aos Idosos, extensivo também a quem se encontra nas IPSS do Concelho. Mudando de temas, aproveitou para sugerir o alargamento do número de efetivos da Proteção Civil Municipal, bem como da implementação do sistema de compostagem comunitária na comunidade alargado a todas as Freguesias (compositores domésticos, à imagem dos compositores escolares), com a finalidade de promover a separação dos bio resíduos, na origem, através da compostagem doméstica, com vista à valorização dos resíduos orgânicos. Em jeito de finalizar a sua intervenção, desejou a todos um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e agradeceu ao Senhor Presidente, em nome da Freguesia a que preside, por ter sido, na Assembleia da República, a voz e a preocupação dos viticultores, defendendo o futuro da Região.

O Senhor Deputado Vítor Tomé interveio para alertar que, devido à formação de gelo e geadas, havia estradas com perigo evidente por ainda não haver sal espalhado, apelando a que tal se fizesse o quanto antes. Aproveitou, ainda, para desejar um Bom Natal a todos.

O Senhor deputado Joaquim Carvalho interveio para aludir à propalada restauração da Casa do Douro: “como munícipe de um Concelho que faz parte da CIMDouro e maior produtor da Região em termos de Vinho do Porto e vinhos Doc’s lamento profundamente que o Presidente da CIMDouro não tenha estado presente nesta reunião, (...) nada contra Semancelhe, muito menos contra a pessoa, mas efetivamente não faz sentido que o Presidente da CIMDouro seja o autarca de Semancelhe, porque esse Município não tem vinho”, disse.

Visando a intervenção e discurso do Senhor Presidente Manuel Cordeiro na Assembleia da República, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho classificou-a como "excelente, reveladora da realidade do Concelho, reveladora do conhecimento profundo enquanto viticultor, reveladora de uma profunda preocupação com o futuro da região e das suas pessoas, reveladora de reivindicações de condições necessárias para o Concelho" e lamentou que apenas tivesse estado presente dois autarcas da Região a defender os interesses e direitos da Região Duriense.

Mudando de tema, e aludindo à Obra de Requalificação da Estrada Pesqueira – Bateiras, pediu ao Senhor Presidente do Executivo para explicar pormenorizadamente o que significava a expressão comunicada de que o

"o projeto de execução estava finalizado" e questionou se a Obra, uma vez assumida pelos governantes demissionários, iria mesmo avançar. No tocante a este tema, lançou a sugestão: "uma vez que temos a honra de ter o Senhor Presidente da República como Cidadão Honorário do nosso Concelho, se peça ajuda para que esta obra seja uma realidade em 2024".

O Senhor Deputado Teófilo Anjos tomou a palavra para aludir ao bom trabalho feito pela Proteção Civil, extensível também ao auxílio dado pelas Corporações de Bombeiros, mas referiu que, tratando-se da Segurança dos Cidadãos, deveria ver reforçada o número de efetivos. Prossequindo a sua intervenção, e na qualidade também e Presidente da Junta, o Senhor Deputado Teófilo Anjos questionou como estava o Canil Municipal, uma vez que tem a perceção que cada vez há mais cães a vagarear pelas ruas. Finalizou a sua intervenção fazendo notar que, devido ao número de acidentes e ao perigo que o local oferece, era preferível construir uma Rotunda que substituísse o cruzamento do Intermarché.

O Senhor Deputado António Balça iniciou a sua intervenção lembrando um assunto já aflorado em anteriores Assembleias referente às Taxas Turísticas na Região, uma vez que, a seu ver, seriam uma mais-valia para o Concelho. Finalizou, questionando o que é que os agricultores podem esperar e que tipo de Casa do Douro poderá existir, tendo em conta as reuniões, contactos e intervenção, feitos recentemente em Lisboa pelo Senhor Presidente da Câmara.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia propôs à Assembleia uma nota de pesar e realizou-se um minuto de silêncio em memória dos falecidos Manuela Pêgo, Valdemar Anunciação e Carlos Espanhol, ex-funcionários do Município, e em memória e gesto de solidariedade pelo falecimento da Mãe do Senhor Vice-Presidente Luís Rodrigues.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos e responder às questões anteriormente colocadas. Para além da alusão ao Mundo Mágico de Natal, quis destacar a interação que houve com as Crianças, nas Escolas, aquando da distribuição de Prendas, frisando que o Executivo continua a apostar bastante na Educação, conforme se poderia constatar no documento do ponto um da página sete e seguintes (onde estavam plasmados os valores gastos), e também por isso prestaram a devida importância ao Dia Municipal da Educação.

Relativamente à requalificação e alargamento da EN-222, o Senhor Presidente da Câmara disse ser um tema o preocupa desde que assumiu os destinos do Município. Por isso, disse, começou por tratar com o Governo e Ministros da época, colhendo também compromisso (verbalizado) e simpatia pela causa dos Senhores Presidente da república e da Ministra Ana Abrunhosa. Assim, havia previsão de que em Outubro/Novembro o Projeto estivesse pronto. Mas, entretanto, referiu a queda do Governo como algo que atrasa e acarreta

preocupação acrescida, uma vez que fica a incerteza do cumprimento da Obra. Informou já ter reunido com o Secretário de Estado Francisco Rodrigues e com a Ministra Ana Abrunhosa no Ministério das Infraestruturas e percebeu que o Projeto já tinha sido apresentado. Não obstante, antes de lançar o Projeto para a Obra ter que solicitar pareceres a diversas Empresas (informou que a APA já havia sido, inclusive, consultada, sem colocar objeções) "ficou me cima da mesa o compromisso: uma vez o projeto adjudicado, com o projeto finalizado, estavam em condições para, já no início do ano 2024, lançar o concurso público internacional com o valor de dez milhões de euros", esperando que o próximo Governo "honre o compromisso e não cometa o disparate de deltar fora o dinheiro e o projeto que foi feito e não execute a obra", estando na expectativa de perceber se o Concurso seria lançada pelo atual Governo ou por outro eleito depois das eleições do dia 10 de Março.

O Senhor Presidente da Autarquia prosseguiu a sua intervenção, esclarecendo que, no tocante à sua deslocação a Lisboa para audição aos autarcas na Comissão de Agricultura, relativamente às Propostas para a Casa do Douro, o convite lhe havia sido feito através da CIMDouro, tendo-se deslocado ele e o Autarca de Peso da Régua para representarem a Região, porque entenderam que era um tema de primordial importância. Assim, procuraram passar uma mensagem de unidade e voz comum, sendo que entende que a Casa do Douro não vai resolver os problemas do Douro, pois haverá muitas mais questões a resolver, mas poderá ajudar a resolver alguns até porque, na sua opinião, verifica-se que "os viticultores não estão minimamente defendidos". Informou, ainda, que nesse dia também decorreu uma reunião com a AVP e com Associações que representam a Produção, a Prodouro, Autarcas, o IVDP e a DRAP-N.

Direcionando a intervenção para o Congresso da Associação Nacional de Municípios, e indo de encontro ao referido anteriormente pelo Senhor Deputado Teófilo Anjos, o Senhor Presidente disse que o Congresso correu muito bem, os temas abordados haviam sido pertinentes, demonstrou também que a Associação e o Conselho Diretivo estão a fazer um bom trabalho. Depois, também em jeito de resposta às interjeições colocadas relativamente à Proteção Civil, o Senhor Presidente aproveitou para esclarecer que os dois elementos da proteção Civil são responsáveis por ir "olhando" o território, mas depois o trabalho efetivo (como espalhar sal-gema, etc.) é feito pelos serviços externos, pelo serviço da garagem, etc. No tocante ao Centro de Compostagem informou que havia sido feita uma Candidatura (já aprovada), com um valor limite. E, apesar de entender que faria sentido em todas as Freguesias, esclareceu que, feitas as contas, esgotariam o plafond, tendo optado por colocar nas Escolas e Centros Escolares todos, fazendo, assim, educação ambiental dirigida aos alunos.

O Senhor Presidente prosseguiu, respondendo às interpelações feitas, e informou que iriam começar a colocar sal-gema, com início previsto às 22:00 horas daquele mesmo dia. Já no que concerne ao Canil, informou que esse "dossier", pese embora fosse um Projeto de Associação, estava a ser liderado por Penedono e, apesar de demorado, tinha informações de que estariam numa fase de finalização. Relativamente à colocação de uma rotunda no cruzamento do Intermarché, disse que o Projeto inicial previa a tal rotunda, e que seria algo a ponderar. Por fim, e no tocante às Taxas Turísticas, disse que já havia tentado fazer passar essa mensagem na CIMDouro, via com tristeza que (a par com o Autarca de Santa Marta de Penaguião) estava "sozinho" nessa reivindicação, mas disse que não descansará quanto a essa matéria.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que havia chegado à Mesa uma inscrição para Intervenção do Público, do Senhor António Reis, que

pretendia abordar os seguintes assuntos: Chave do Concelho entregue ao Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, Casa do Douro, Escola Profissional e o comportamento dos Alunos PALOP”.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se pretende fazer um resumo dos pontos da ordem de trabalhos ou se irá fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos membros da Assembleia. De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para o ponto um, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Joaquim Carvalho e Teófilo Anjos.

O Senhor Joaquim Carvalho disse: “começaria por realçar mais uma edição, desde cá estou sempre digo e torno a dizer da importância das férias de natal com o “Fixolas”, uma atividade importante por variadíssimos motivos que mais não seja pelo simples facto de termos jovens e o público alvo para estas férias de Natal, é para meninos e meninas numa faixa etária que a lei não permite que estejam sozinhos em casa, daí a importância, não só por isso mas também pelas atividades que desenvolvem mas esta situação é bastante importante porque a Lei diz que meninos menores do que 13 anos não podem estar sozinhos em casa.

Depois da parte do desporto salientava duas coisas: o projeto do “Diabetes em Movimento” está a ser desenvolvido em parceria com outras entidades, mais uma atividade, digamos, para os nossos seniores e com um problema concreto em que a atividade física é importante. Estou num dos dias presente no pavilhão, fruto da minha atividade profissional, e vejo a satisfação dos participantes, gostava que fossem mais, mas para já o número que está a participar é bom a nível.. Mais uma vez Sr. Presidente, estamos no Natal, espero que em 2024 seja alargado o espaço do ginásio, faz parte do edifício da Piscina Municipal, como também a aquisição de mais material para esse espaço para se aumentar ainda mais o grande número de utilizadores que já o usa. Temos a limitação do espaço para 18 pessoas por hora e com esse alargamento passaríamos a permitir mais pessoas.

No que diz respeito à educação só tenho que salientar o bem e merecido e bem investido valor monetário nos nossos jovens, como venho sempre defendendo se há investimento que faz sentido e é importante é nas pessoas, muito mais nos nossos jovens porque efetivamente se fizermos um somatório das verbas é uma verba já considerável.

Quanto às obras municipais está concluída a nova fase da Zona Industrial. Poria aqui três questões: o regulamento para concurso e aquisição de novos lotes é o mesmo que já existe ou vai sofrer modificações, quantos lotes compõem a nova zona e se já há interessados na aquisição dos lotes.

Outra questão tem a ver com a candidatura Radar Social, criação de equipas para o projeto piloto, entre outras. Caso pudesse explicar melhor esta candidatura, a questão é se estas equipas vão ser com atuais funcionários da Câmara ou se com o valor da candidatura, cento e sessenta e nove mil euros, poderá haver nova contratação de jovens com qualificação necessária. Como eu costumo dizer não é a minha praia, mas queria que explicasse o valor da dívida a terceiros a 15/12 para que não haja dúvidas e que não se levante nenhuma tempestade, por vezes levantam-se aqui tempestades na Assembleia em relação a esse valor umas vezes está maior outra vezes menor, este até está melhor em

relação à última Assembleia, mas o valor tem um peso considerável nas finanças do Município”.

O Senhor Teófilo Anjos disse que a sua intervenção tinha “a ver com os vales de Natal atribuídos aos nossos Sêniors, em todas as freguesias do concelho. Uma vez mais chegou-se a todos os idosos, no meu entendimento bem, em vez do almoço de Natal. Se o Executivo para o ano pudesse incluir os reformados por invalidez seria bom.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que se fez um investimento grande na comunidade Sênior e na educação, conforme demonstram as atividades descritas no documento, bem como os valores gastos. A atividade desportiva e cultural dirigida à comunidade sênior nas lares vai ser agora estendida também ao Centro de Dia de Paredes. Obviamente existem também parcerias com associações e algumas instituições públicas, designadamente o projeto de “Diabetes em Movimento”. Quanto à questão do alargamento do ginásio, prevemos que seja feito em 2024, conforme consta da proposta de orçamento que vamos discutir depois.

Quanto à Zona Industrial, a mesma está concluída e o regulamento está em construção. Estamos a elaborar novo regulamento porque a atribuição não vai ser igual à anterior, nem pode ser igual, porque as circunstâncias atuais são distintas. Só para se ter uma ideia, nos regulamentos anteriores percebia-se aquilo que se pretendia, a título de exemplo, para além de outras questões dava-se preferência a quem tivesse já um estabelecimento no interior da vila, tendo por objetivo que as empresas se instalassem fora da zona residencial. Agora vamos dar preferência a quem não disponha ainda de um pavilhão na zona industrial. É apenas um exemplo, obviamente que os critérios serão muitos mais. Foi aberta a discussão pública e logo que esteja pronto há-de vir à Assembleia Municipal. São nove lotes, e o Município tem intenção de ficar com os dois primeiros, até porque a Câmara precisa de um Pavilhão em vez de pagar renda como acontece há já vários anos. No que respeita ao Radar Social, já discutido na reunião de Setembro, o Senhor Presidente reforçou que eram precisos dois técnicos superiores: um na área de gestão e economia e outro na área social, sendo que se iria lançar o procedimento. No que concerne à dívida, esclareceu e clarificou que têm separado todas as dívidas: a dívida a fornecedores, de cerca de seiscentos mil euros, de obras e serviços adquiridos, que já foram faturados e não foram ainda pagos, e outras dívidas que têm a ver com aquele valor que, na verdade, não é dívida, são oitenta e sete mil relativos aos compromissos assumidos pela assembleia com as IPSS, que podiam sair daqui mas continuam a constar em termos contabilísticos, e que têm que ficar pois dizem respeito ao valor que temos que pagar às IPSS’s dos protocolos que fizemos para se pagar em 20 anos, são os 34% das obras das IPSS. Há aqui uma parte muito volátil que diz respeito a dívidas a fornecedores, e que varia de dia para dia, ou seja, por exemplo na Assembleia de setembro tínhamos aqui refletida uma dívida a fornecedores de pouco mais de um milhão de euros, o que tinha a ver com as grandes obras que estavam a ser realizadas e que estávamos a pagar consoante os autos. Pedimos um empréstimo a curto prazo para que tudo ficasse pago no fecho do quadro comunitário, que a Assembleia autorizou, e posso dizer-vos que já está totalmente pago, tendo pago desse valor apenas quatro mil euros de juros. Não precisamos do valor todo e por isso não usamos todo. Em dezembro do ano anterior, a dívida era de sete milhões quatrocentos e quarenta e seis euros, pelo que já podemos comparar por aqui, notando que em dezembro de 2017, quando assumimos a Câmara a dívida era de mais de oito milhões de euros.

Ainda no que respeita aos lotes da zona industrial, informou que há mais interessados em lotes do que lotes disponíveis, mas deu conta também que a Câmara vai concorrer a novo aviso para ampliação ou construção de uma quarta zona industrial.

Quanto ao tradicional almoço de Natal com a comunidade sénior, este ano decidimos não o fazer e verter essa despesa em vales para a comunidade sénior a gastar no comércio local, porque entendemos existir ainda algum perigo e situações de covid19, e, depois ouvirmos os presidentes de junta, que ouviram os seus munícipes, entendeu-se que seria a melhor opção. Esperemos que para o ano o possamos fazer. Quanto à proposta de considerarmos aqui os reformados por invalidez acho que sim, que é uma boa proposta, vamos tomar isso em consideração numa próxima oportunidade.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o primeiro ponto.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a proposta, quer esta quer a que vem no ponto seguinte, tem sido em linha daquilo que temos vindo a fazer nos anos anteriores, e os argumentos são os mesmos, porque são, no nosso entender, razoáveis pelo que vimos a fazer desde há seis anos a esta parte. O que se propõe é manter a taxa mínima de IMI nos 0,3%, isto porque, ao contrário do IRS, este é um imposto que não depende dos rendimentos. Informou, ainda, que, como consta da tabela aqui junta, o Município ao fixar o valor na taxa mínima está a abdicar de duzentos e quarenta e cinco mil euros, que é muito superior ao valor potencialmente arrecadado em cada ponto percentual no IRS. Aplica-se a redução de IMI para as famílias com mais dependentes e é essa a proposta que vos apresentamos.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir.

Não havendo inscrições, e colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara referiu, mais uma vez, que, como consta do resumo fundamentado que vos foi apresentado, a proposta é para manter a coerência do que temos vindo a fazer nos seis anos de mandato, isto é, manter os 5%. Pode haver quem entenda que até devíamos libertar aqui alguma percentagem deste valor, mas nós entendemos que não é por aí que se ajudam as famílias da melhor forma, mas sim por exemplo pela tributação mínima como votado no ponto anterior. Na verdade, pelas razões que aí estão fundamentadas, designadamente porque o IRS é um imposto progressivo que tributa agregados familiares com mais rendimento, não tem impacto nos sujeitos passivos com rendimentos mais baixos e o novo limite continua a isentar, sendo que em 2024 o valor do salário mínimo, é oitocentos euros. Também porque o orçamento de Estado prevê uma descida das taxas de IRS para o próximo ano, para além de que os rendimentos coletáveis até vinte e sete mil cento e quarenta e seis euros não serão abrangidos, estamos a falar

em salários líquidos de dois mil duzentos e trinta euros, dizer-vos também que não tem impacto nos pequenos agricultores, ficam excluídos desde que não se exceda o valor de vinte e sete mil euros por ano. Temos também o regime geral dos jovens entre os 18 e 26 anos, que foram divulgados na comunicação social, temos estas deduções para quem tenha dependentes. Dizer-vos que o Município com esta participação no IRS de 5%, estamos a falar de um valor de 204.419 mil euros, e por exemplo, e era aqui que eu queria chegar, se quiséssemos ser mais populistas de fazer bonito e não aquilo que achamos mais correto, podíamos dizer que este ano iríamos abdicar de 1% a favor das famílias. Por exemplo se abdicássemos de 1% estávamos a abdicar de quarenta mil euros, nós estamos por exemplo na taxa de IML a abdicar de duzentos e quarenta mil euros, porque entendemos que por aqui se pode abranger uma faixa da população mais vulnerável e de forma mais justa, pelo que a proposta é que se mantenha a proposta de 5% à semelhança dos anos anteriores, e sempre aprovado por larga maioria dos deputados da assembleia, o que corresponde ao nosso entendimento daquilo que achamos ser o mais justo.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir.

Não havendo inscrições, e colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra da Senhora Deputada Cláudia Martins e dos Senhores deputados António Bastos, António Costa e João Almeida.

PONTO 4 - Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2024 e seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção com uma breve explicação das Demonstrações Previsionais Orçamentais e Financeiras para os exercícios 2024 a 2028. Referiu que a proposta de orçamento do município de S. João da Pesqueira para o ano de 2024 e seguintes, reflete o compromisso deste executivo em promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade, assegurando uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Mais referiu que o orçamento para 2024 foi elaborado após uma análise criteriosa das necessidades e prioridades de São João da Pesqueira, tendo em conta os desafios e oportunidades que se colocam, sendo que o objetivo é garantir melhorias significativas nos serviços prestados, bem como o crescimento sustentável e a qualidade de vida de todos os munícipes, sendo prioridade da maioria, como sempre, utilizar os recursos de forma eficiente e transparente, direcionando-os para áreas-chave como a educação, a agricultura, a saúde, a cultura, a ação social, o desporto e para as obras infraestruturais necessárias ao desenvolvimento do concelho, sem descuidar o rigor e a sustentabilidade das contas públicas.

Reiterou que os últimos anos têm sido desafiantes a todos os níveis, desde logo pela necessidade de organizar os serviços municipais e equilibrar as contas públicas no período 2017-2019, seguido de uma pandemia em 2020 que paralisou praticamente todas as atividades e atrasou alguns dos investimentos estruturais, sendo que, no âmbito da retoma pós-pandemia, verifica-se um aumento significativo dos custos e consequentemente das taxas de juro, o que tem impactado negativamente nos preços dos bens, serviços e empreitadas, além de se repercutir negativamente no poder de compra das famílias. Frisou, também, que, em paralelo com esta situação, em 2023, concentrou-se um grande volume de obras, algumas delas financiadas no âmbito do quadro financeiro plurianual

para o período 2014-2020, cujos prazos de execução física e financeira devem ser cumpridos até final de novembro, sob pena de haver perda de financiamento, o que levou a uma elevada exigência orçamental e financeira, quer pela necessidade de ter tesouraria para dar resposta a um elevado volume de investimento, a efetuar num curto espaço de tempo, quer pela necessidade de ter dotações orçamentais para acomodar o aumento de preços das elevadas revisões de preços das empreitadas em curso, para além do aumento generalizado dos restantes bens e serviços.

De qualquer modo, entende que, perante todos estes desafios concretos, a resposta do município foi claramente adequada em todas as circunstâncias evidenciadas, sendo que, em 2023, se atingirá um valor de Despesas de Capital recorde, bem como um valor de investimento recorde. Este volume de investimento recorde acontece depois de nos últimos anos o investimento ter tido níveis de execução nunca antes vistos. Ainda assim, o nível de endividamento mantém-se equilibrado e claramente sustentado.

Salientou o reforço e melhoria das atividades municipais, dos apoios concedidos às instituições e às famílias, sem paralelo no passado, a regularização da dívida às Águas do Norte, que herdaram, em 2017, e o dossier da regularização de quase uma centena de "Precários".

Entende que no corrente ano terminarão projetos relevantíssimos para colocar o concelho de S. João da Pesqueira num patamar de excelência no que se refere ao seu posicionamento Turístico na região do Douro, salientando a finalização da requalificação da zona ribeirinha das Bateiras, da zona ribeirinha do Parque da Ferradosa e da Praça Vinho do Porto, em Ervedosa do Douro. Além disso, referiu que aos investimentos mencionados estão associadas diversas atividades potenciadoras dessas infraestruturas, destacando-se os eventos promocionais como as Feiras Turísticas e os eventos realizados em S. João da Pesqueira (Vindouro, S. João, Slow Wine, Festa dos Saberes e Sabores, entre outros).

No que se refere ao tecido empresarial e ao apolo à agricultura, para além do investimento regular na requalificação de caminhos agrícolas nas freguesias, irá concluir-se a expansão da Zona Industrial, estando já a preparar-se o Regulamento para a atribuições dos lotes de terreno, uma vez que tem havido inúmeras manifestações de interesse por parte de empresários do concelho e da região.

Assim, entende que, mais uma vez, o equilíbrio entre o rigor nas contas públicas e o desenvolvimento socioeconómico do concelho, que têm vindo a prosseguir, está bem demonstrado nos resultados alcançados ao longo dos últimos seis anos de governação municipal.

Por outro lado, salientou que este orçamento foi elaborado num contexto de incerteza política, tendo em consideração a dissolução do parlamento e a convocação de eleições antecipadas. De todo o modo, acredita que as principais verbas e medidas constantes da proposta do OE se manterão sem alterações, pelo que as verbas provenientes do OE e constantes do atual orçamento municipal, com elevada probabilidade, se manterão inalteradas, o que nos garante um maior grau de certeza para 2024. No entanto, não pode deixar de referir que estas alterações no panorama político português podem atrasar alguns dos principais dossiers em que a maioria tem trabalhado afincadamente, sendo que o dossier da EN222-3 se encontra resolvido, a UCC está em submissão de candidatura e a requalificação da EN222 (Bateiras-S. João da Pesqueira), com projeto entretanto finalizado, estaria prevista no OE para 2024, de acordo com compromisso assumido pelos Ministérios das Infraestruturas e da Coesão Territorial, cuja efetiva concretização, na atual conjuntura política, se encontra dependente da eleição do novo governo.

Referiu também, à semelhança do ano anterior, que, através da ANMP, na qual integra o Conselho Diretivo, tem sido possível reivindicar junto do governo, em conjunto com os restantes colegas de direção, algumas medidas mais justas para os municípios, sendo, entre outras, a revisão das verbas relativas ao processo de descentralização um desses exemplos. Mas, também, a oportunidade do Presidente da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, em primeira mão, participar nas decisões legislativas e estratégicas mais relevantes para os municípios, trazendo um aporte de conhecimento e influência altamente benéfico para a gestão do município de S. João da Pesqueira.

Manifestou o seu entendimento que o paradigma da gestão autárquica se alterou profundamente nos últimos anos, porque vivemos constantemente tempos de permanente mudança e incerteza e, nesse sentido, trabalham atualmente para posicionarem o concelho de S. João da Pesqueira como um dos concelhos da região mais alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), sendo que, a este propósito, o Município foi recentemente distinguido na Conferência ODSlocal'23, que decorreu em Viana do Castelo, pelo seu desempenho exemplar nos Indicadores de Referência ODSlocal com o Prémio ODS Local pelas Dinâmicas Municipais, categoria que valoriza os Municípios ODSlocal que manifestem dinâmicas de evolução mais positivas nos indicadores de progresso do Portal ODSlocal.

Referiu, em concreto, que o Município de S. João da Pesqueira pretende criar um alinhamento entre os objetivos estratégicos e políticos definidos pelo executivo e a ação dos seus trabalhadores, tendo, para o efeito, através da contratação pública, criado uma metodologia de associação da despesa pública ao cumprimento das metas de cada ODS. Neste sentido, através do seu Despacho n.º 13/P/2023, foi delineada a estratégia e a equipa a alocar para que se perceba de que forma as políticas públicas estão em consonância com o Desenvolvimento Sustentável Local, porque só agindo localmente se conseguem resultados globais.

Os Documentos Previsionais para 2024-2028, que compreendem, entre outros, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para 2024-2028, consubstanciam o sétimo orçamento apresentado pela maioria e, à semelhança dos anteriores, tiveram na sua elaboração em consideração os princípios que devem nortear a atividade financeira do município, bem como aquilo que consideram ser a visão mais acertada para o desenvolvimento do concelho.

Assim, a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, que reflete a visão da maioria para os próximos exercícios económicos, aposta na continuidade crescente da eficácia e eficiência dos serviços e o investimento em áreas que consideram estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do concelho como o turismo, a agricultura, a educação, a saúde, entre outras, sem, porém, descurar o apoio às várias entidades, desde freguesias, associações, IPSS'S e Paróquias.

Referiu que continuam a desenvolver todos os esforços e contactos para que os projetos que vêm sendo reclamados como fundamentais para o desenvolvimento do concelho, mas que não são da competência municipal, mas do governo central, como é o caso das acessibilidades fundamentais, da saúde ou da justiça, venham a acontecer.

Face ao exposto, referiu que, para o ano de 2024, face ao ano transato, verifica-se um aumento de 121.276 euros no Plano de Atividades e um aumento de 642.599,00 euros no valor total do Orçamento.

Desta forma, o valor do Orçamento para 2024 atinge um valor recorde, nunca alcançado no passado por esta Câmara Municipal, de 17.376.845,00 euros.

A prioridade para 2024, em termos de GOP'S, passa por reforçar o investimento nalgumas subfunções relevantes, face ao ano anterior, sendo de realçar o aumento do investimento, em relação a 2023 nos seguintes montantes:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 724.500 euros;
- Desporto, Recreio e Lazer – 374.650 euros;
- Ordenamento do Território: "Requalificação de Espaços Públicos" - 150.000 euros;
- Administração Geral – 320.526 euros;
- Abastecimento de Água – 141.569 euros;
- Cultura – 113.375 euros;
- Saneamento – 85.200 euros;
- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios – 50.075 euros;
- Outras Atividades Cívicas e Religiosas – 14.000 euros;
- Ação Social – 11.540 euros;
- Resíduos Sólidos – 10.150 euros.

Realçou o elevado valor previsto na subfunção agricultura, com um valor previsto para a requalificação de caminhos e muros agrícolas de 900.000 euros, que irá beneficiar investimentos nas freguesias do concelho, acrescendo 200.000 euros para pavimentação de arruamentos em diversas freguesias.

Deu nota que, não tendo sido possível arrancar com a construção da Loja do Cidadão de S. João da Pesqueira em 2023, uma vez que o edifício no qual se pretendia a sua instalação não tem, segundo as exigências da AMA, as dimensões adequadas para o efeito, encontraram outra solução para em 2024 proceder à sua instalação.

No âmbito do Desporto e Tempos Livres, destacou a construção das bancadas e balneários no Estádio Municipal bem como a requalificação integral das Piscinas Descobertas e arranjos pontuais no pavilhão desportivo e nas restantes infraestruturas desportivas do município, cujo montante de investimento se estima em 508.150 euros.

No que se refere à Educação, mantêm-se os valores de todas as medidas municipais, destacando os transportes gratuitos, bolsas de estudo sociais e de mérito, apoio para aquisição de livros e material escolar, oferta de computadores, apoio nas viagens de estudo e em todas as atividades desenvolvidas pelo agrupamento de escolas, prevendo-se um valor global total de 715.650 euros.

Tendo em conta a preocupação com o meio ambiente e as situações de seca que poderão com maior frequência ocorrer, está previsto um investimento de 142.644 euros na aquisição de caudalímetros e sistema de telemetria para monitorização da rede de abastecimento de água e consequente redução de perdas. Recordou que o município tem feito um trabalho excecional nesta matéria, sendo um bom exemplo a nível nacional, e estando estes investimentos claramente alinhados com os ODS. Além disso, referiu que estão a equacionar a criação de estações de lavagem de tratores e alfaia agrícola e a construção de infraestruturas e retenção de água e furos para permitirem o regadio das culturas agrícolas mais afetadas, salvaguardando as colheitas dos agricultores.

Em relação à Cultura, para além dos habituais eventos, apoios às associações e serviços disponibilizados (Biblioteca, Museus, Cineteatro, entre outros), o município tem um Plano de Atividades para 2024 detalhado, atingindo esta subfunção, quer no PPI, quer no PAM, um montante previsto de 703.700 euros.

Da mesma forma, destacou o apoio prestado no âmbito do empreendedorismo para a criação de novas empresas e novos empregos, bem como as iniciativas de apoio ao comércio tradicional corporizadas pelos vales de compras emitidos pelo município e das

várias isenções fiscais e de taxas que têm sido praticadas, acrescentando o apoio à expansão da rede elétrica para as explorações agrícolas. No que se refere à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, para além das iniciativas levadas a cabo nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da Ação Social, com a comparticipação de medicamentos, apoios à natalidade, apoios à beneficiação de habitações sem condições de habitabilidade, está também em curso a implementação da Estratégia Local de Habitação, cujo objetivo passa por resolver as principais carências existentes relativamente ao acesso à habitação por parte de públicos desfavorecidos. Referiu, por isso que, à medida que forem sendo aprovadas as candidaturas da ELH, o orçamento municipal poderá ver a sua receita e despesa aumentada na correspondente proporção.

No que se refere à saúde, continuam a fazer todos os esforços para dotar o centro de saúde com mais equipamentos e com médicos, estando aprovadas candidaturas no PRR que permitirão a aquisição de mais alguns equipamentos, apesar de entenderem que é necessário ter mais condições e, particularmente, serem dotados de competências para garantir a fixação de médicos no concelho, trazendo mais valências para o centro de saúde. Como já referido, a implementação da UCC poderá ser uma realidade nos próximos tempos. Estará também para breve a legalização do heliporto junto ao Centro de Saúde. Destacou o apoio às IPSS'S na construção das ERPI'S e às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira e Ervedosa do Douro, estando previstos apoios de 250.000 euros em 2024 para financiar a sua atividade e manter as Equipas de Intervenção Permanente em funcionamento. Referiu existirem ainda muitos outros investimentos e atividades que consideram essenciais e que serão desenvolvidos em 2024, conforme consta do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades para esse exercício. Relembrou que o investimento em algumas subfunções é influenciado pelas candidaturas aprovadas, e que se espera executar, podendo existir variações significativas de uns anos para os outros nalgumas subfunções. Neste particular, irá entrar-se numa fase de transição do quadro comunitário e, por essa razão, muitos projetos estão apenas referenciados no PPI com valores simbólicos pois ainda dependem da abertura dos avisos para submissão e aprovação das respetivas candidaturas, o que também poderá vir a influenciar positivamente o presente orçamento. Referiu que, face ao previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano, fica claro que as 10 principais apostas deste executivo para 2024 são:

1. Administração Geral: "Loja do Cidadão" - 968.256 euros e "Construção do Armazém Municipal" - 150.000 euros;
2. Educação: "Serviços Auxiliares de Ensino" - 715.650 euros;
3. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos: "Cultura" - 642.625 euros;
4. Desporto, Recreio e Lazer: "Requalificação da Piscina Descoberta" - 265.000 euros e "Estádio Municipal - 2.ª Fase" - 160.000 euros;
5. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca: "Pavimentação de Caminhos Agrícolas" - 700.000 euros, "Execução de muros de suporte a caminhos agrícolas e rurais" - 200.000 euros e "Vindouro" - 475.000 euros;
6. Transportes Rodoviários: "Pavimentação de arruamentos em diversas freguesias" - 200.000 euros e "Pequenas obras de conservação e reparação" - 103.567 euros;
7. Proteção Civil: "Equipas de Intervenção Permanente" - 150.000 euros e "Subsídios a associações humanitárias" - 90.000 euros;

8. Abastecimento de Água: "Aquisição de caudalímetros e sistema de telemetria para monitorização da rede de abastecimento de água" - 142.644 euros;

9. Ação Social: "Diversos programas no âmbito da ação social municipal" - 117.500 euros;

10. Outras Funções: Manutenção das verbas transferidas nos anos anteriores para as freguesias, aumento das verbas para as IPSS'S e associações e reforço dos apoios às famílias.

Face ao exposto, entende que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 continuam a refletir a grande ambição de sempre e uma estratégia consistente com o desenvolvimento do concelho e a sua afirmação (quer como destino turístico quer como potência agrícola da região), salvaguardando, simultaneamente, todas as restantes valências de atuação e o equilíbrio das contas públicas, em linha com o que até aqui tem sido feito pela maioria.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir neste ponto. Inscreveu-se o Senhor Deputado Joaquim Carvalho, tendo dito: "Muito bem, 17.376.845,00€ um valor record porque tive o cuidado de ver neste últimos seis anos que faço parte desta Assembleia, um orçamento muito ambicioso e na parte que me toca espero que seja ambiciosa da mesma forma que estas previsões todas sejam as corretas em função das verbas que não dependem exclusivamente do Executivo, porque infelizmente estamos muito dependentes das verbas do Orçamento de Estado e vamos ter novo Governo brevemente e poderá haver novidades, esperamos bem que não. As novidades, a haver, que sejam para melhor e cabe-nos a nós membros da Assembleia ao longo do próximo ano sermos fiscais da execução deste valor porque cabe-nos a nós estar atentos. Tenho a certeza que as propostas que são feitas no orçamento vão ser realizadas, mas cabe-nos a nós ser fiscais pois são essas as competências da Assembleia. Querla aqui realçar o valor para os caminhos agrícolas, se calhar os Presidentes de Junta acham que é pouco isso é uma discussão entre eles e o Executivo camarário, eu como pequeno viticultor noto quanto melhor forem os caminhos agrícolas mais se poupa nos veículos, e o valor foi reforçado em relação a anos anteriores.

Outra questão, o desporto, salientar o excelente apoio que já é feito ao associativismo. Como elemento de uma associação esperamos sempre mais. Temos que dar valor às associações pois fazem um bom trabalho. Em relação à educação o Município já apola muito a educação, os nossos jovens são muito apoiados, e a maior parte dos municípios não despendem das mesmas verbas para os jovens. Por vezes há críticas que não se devem apoiar, quanto mais se tem mais se quer, o dinheiro não estica, todos nós temos a nossa gestão de casa e sabemos bem disso. Já fiz aqui esse desafio ao Executivo e penso que para 2025, no que diz respeito à educação, seria uma das grandes obras que o Município podia pensar, a requalificação do edifício da sede do Agrupamento de Escolas para termos uma escola mais atrativa, mais digna para os nossos jovens. Os jovens quando saem do desporto escolar vêm todos contentes com as escolas onde vão, pois foram requalificadas. A requalificação seria ótima nem que fosse para pouparmos dinheiro na energia que se gasta no aquecimento. Para concluir um orçamento que releva a educação e a parte social, um valor ambicioso, mas acima de tudo um orçamento equilibrado, os gastos com pessoal, ainda há pouco ouvimos 2 presidentes de junta a dizer que eram necessárias mais pessoas na proteção civil se tiver que se aumentar que se aumente".

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, dizendo que, pese embora não tenha sido propriamente colocada uma questão, embora indiretamente talvez sim, referiu que julga que vamos conseguir executar o orçamento não ao cêntimo, mas vamos conseguir executá-lo numa percentagem muito elevada à semelhança do que aconteceu no ano anterior. Mas, como disse na prestação de contas, será um ano difícil, diferente vá lá, mas ainda assim há sempre imponderáveis. Posso dizer-vos que relativamente ao orçamento anterior, o que vão perceber depois na prestação de contas de abril do próximo ano, foi um ano de algumas obras grandes para a nossa dimensão. Se juntarmos as obras todas, estas grandes obras que fizemos relativamente aquilo que tínhamos previsto, na verdade tivemos de despende a mais cerca de um milhão de euros, em consequência do aumento de preços. No entanto vamos ter uma boa execução, vamos ter uma dívida muito boa também e acho que é uma garantia para todos os últimos seis anos que aqui temos vindo a prestar contas, que fazemos as coisas de forma séria. Depois também há outro imponderável, que referi há pouco, ver pág. 81 e 82., ou seja, se formos condenados pelo tribunal em alguns processo que temos, e que não têm nada a ver com os anos em que estamos na gestão desta Câmara, são problemas mais antigos e dos executivos anteriores, nesse caso vai ser difícil termos um bom ano, porque falamos aqui de cerca de um milhão de euros, mais os juros. Estamos, por exemplo, a falar de um processo de um trabalhador, Manuel Santos, a quem já pagamos várias quantias de processos de trabalho suplementar, anterior aos meus mandatos, e temos agora mais uma ação de quarenta e tal mil euros mais juros, e porventura um dia vamos ter que pagar. Outro processo da Mateus e Sequeira, que o anterior Executivo dizia que não era nada com a Câmara, e pelos vistos é, mais cento e tal mil euros. Depois todas as ações da Lopes & Irmãos (que faço questão de aqui mencionar neste documento que mais claro que este não existe), dizia, todas as ações da Lopes & Irmãos em mais de seiscentos mil euros, a que acrescerão juros. Se isto tudo nos vier a cair em cima dos ombros, as contas não serão tão boas, obviamente, e se calhar a dívida não vai ser de 7 milhões vai ser de muito mais. Mas alguém do passado na gestão da Câmara será responsabilizado.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor António Froufe e os votos contra da Senhora Cláudia Martins e dos Senhores António Costa e João Almeida.

PONTO 5 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2024.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente fez uma explicação detalhada sobre o mapa de pessoal, em particular no que se refere aos postos de trabalho a prover. Salientou que, face ao que foi aprovado na assembleia anterior, no que se refere à carreira/categoria de técnico superior, em que o objetivo é contratar dois técnicos para o programa radar social, propõe-se contratar mais três técnicos superiores para fazer face a necessidades dos serviços municipais. No que se refere à carreira/categoria de assistente operacional, propõe-se contratar cinco assistentes operacionais para assegurarem as necessidades dos serviços externos. Para além disso, será necessário mais um assistente técnico para a área do desporto. Apesar do aumento do quadro, referiu que haverá uma redução de prestações de serviços e que o município, aquando da descentralização de competências na área social, não fez contratações, tendo alocado recursos humanos internos.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir neste ponto. Não havendo inscrições colocou-se o ponto a votação tendo sido aprovado por

maioria, com as abstenções dos Senhores António Froufe, António Costa, João Almeida e da Senhora Cláudia Martins.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que é um direito que temos em fixar a taxa de direitos de passagem que, de acordo com a Lei, não pode ultrapassar os 0,25% e é a taxa que propomos para que se cobre às operadoras.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto dizendo que iam apreciar vários pontos referentes às Juntas de Freguesias, colocou à consideração do plenário a votação sucessiva de cada um destes pontos, sendo que o respetivo Presidente de Junta não pode votar o Protocolo da sua Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes documentos se dividiam em três: os autos, os contratos interadministrativos e os protocolos. Para cada freguesia têm três. Os protocolos são obras que as Juntas queiram fazer e alguma ajuda na manutenção dos cemitérios. Os contratos interadministrativos são para a recolha de lixo, por isso é que não estão aqui as freguesias todas, onde o nosso camião não vai delega-se essa competência na Junta de Freguesia com o respetivo valor. Os autos foram feitos com base no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril que diz respeito às limpezas das ruas e pequenas reparações nas escolas.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 8 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 9- Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nageselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nageselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 10 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 11 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 12 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 13 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 17 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 18 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 19 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 20 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 21 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 22 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 23 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 24 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 25 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 26 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a discussão deste ponto abrindo um período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 27 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 28 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 29 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 30 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 31 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 32 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 33 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 34 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 35 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

Ponto 36 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor João Almeida.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36, a fim de ter eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do público, referindo "tendo sido apresentado na Mesa um pedido escrito para intervenção do Senhor António Reis, tem agora a palavra, faça o favor de apresentar os temas que o trazem a esta sessão, muito obrigado pela sua presença e recorde que tem 5 minutos para intervir".

O Senhor António Reis disse: "Ora desde já os meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia, respetivos membros, saudações políticas ao Senhor Presidente da Câmara e alguns vereadores, a todos os deputados municipais os meus cumprimentos assim com para alguns Presidentes de Junta. Não querendo ser indecente nem fazer má figura, o que me levou a sair do Partido Socialista, deixo o meu repto ao Presidente da Câmara está no bom caminho para assumir o lugar de deputado municipal na Assembleia da República, mas não diga que o Governo está a preparar levar obras a efeito ou a preparar os dossiês para a estrada 222 porque ele está de saída e não o poderá fazer neste momento de governação.

Relativamente ao Senhor Presidente da República e a chave de honra, todos nós sabemos que o Presidente da República teve intervenção no processo das duas gêmeas que tinham de ser intervencionadas, mas não residentes em Portugal, mas que tiveram um tratamento especial e nós contribuintes pagamos trezentos mil euros. Eu gostaria de saber se a Assembleia, não tem a ver com o Senhor Presidente, tem a ver com a Assembleia, se val propor que se retire a chave ao Presidente da República, porque um Presidente da

República que prejudica o Estado Português num valor que nos faz muita falta, como estão a ver os problemas que temos nos hospitais, esse dinheiro dá-nos jeito para outras coisas, tiveram nacionalidade em 14 dias dizem que foi mais tempo mas não é verdade.

Depois também relativo à Casa do Douro o partido Chega é a favor da preservação da Casa do Douro e há pouco quando o Senhor Presidente da Câmara disse que nós eramos contra eu mandei logo a informação para baixo e o deputado Jorge Galveias disse não. Não nós somos é a favor porque nós não queremos que os viticultores sejam mais taxados, somos contra nesse ponto. Agora somos a favor que o Património seja preservado e estaremos aqui para dizer sim não é para dizer não. Depois há aqui um problema que me disseram hoje é que os alunos da Escola Profissional dos PALOPS têm uns comportamentos menos cívicos com os cidadãos aqui de S. João da Pesqueira, vá lá que ainda está tudo dentro da vila. Senhor Presidente em nome do partido Chega desejo um Bom Natal e uma Boa Passagem de Ano e até para o ano, venho aqui uma vez por ano muito obrigado a todos”.

O Senhor Presidente da Câmara, respondendo à intervenção, agradeceu ao Senhor António pelas questões que colocou, e aliás a forma como o fez, de forma totalmente cordata. Quanto à questão do Governo poder ou não lançar a obra da EN 222, a informação que me transmitiram é que sim, que é mesmo possível lançar a obra independentemente de estarem nas condições em que estão. Mas o que espero, como disse inicialmente, é que, venha o Partido que vier a governar, cumpra com esta intenção dos pesqueirenses por ser uma exigência mais do que justa. Quanto à atribuição da chave do concelho ao Presidente da República, os fundamentos porque lhe foi atribuída são bem claros, aliás a mais alta distinção que podemos fazer a alguém que não é do concelho, e que foram plenamente divulgados. O Senhor Presidente ajudou, e tem ajudado muito o concelho nas suas reivindicações, como por exemplo no caso da necessária intervenção na EN222. Relativamente a isso, mantenho exatamente a mesma opinião e a mesma postura quanto ao Senhor Presidente da República, o resto é o resto e não tem nada a ver connosco, e que eu saiba nem sequer há condenação nenhuma. Percebo que haja opiniões distintas, mas a minha é que a distinção foi merecidamente atribuída. Sobre a Casa do Douro, foi o que eu ouvi na comissão parlamentar de agricultura, quer dos representantes do Chega e do e do PSD. Claro que todos concordam que a Casa do Douro exista, todos defendem isso, e até eu lhes disse que percebia a sua opinião mas apenas por uma questão ideológica. O Chega na comissão parlamentar disse mesmo que era contra as propostas também por esse motivo, mas também por outros como a de inscrição obrigatória. Também eu com a questão de sujeitar os viticultores a mais taxas, no que respeita às quotas, não concordo, aliás, foi uma questão que me levou a dizer, se teve a oportunidade de ouvir a minha intervenção sabe, na comissão de inquérito que deviam esclarecer melhor a proposta do artigo 9.º e o número 2 que tem a previsão de que essas verbas pudessem vir das taxas que o IVDP cobra, e portanto é isso que esperamos que venha a acontecer. Quanto aos alunos PALOPS da esquadra, é verdade que há uns meses atrás houve algumas questões de barulho de facto, até porque eles têm uma cultura um bocadinho diferente, mas já foram alertados, e também lhe posso dizer que estamos a tentar resolver com a construção de uma residência. Eu próprio em minha casa já os ouvi fazer barulho no exterior, falam alto, mas não tenho conhecimento de que se portem mal ou que pratiquem algum tipo de crime ou sejam mal educados. Quanto a algum barulho sim, é uma preocupação que eu e o senhor vice-presidente temos também.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 17 horas e 10 minutos. Relembrou a todos, que temos encontro para Jantar.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário
